

FONTE : JB

CLASS. : 19

DATA : 31 05 88

PG. : 02

Índios controlarão lavra de minério em suas terras

BRASÍLIA — A pesquisa e lavra de recursos minerais em territórios indígenas só poderão ser feitas sob consulta prévia aos próprios índios e com autorização do Congresso Nacional. E, mesmo assim, em caso de permissão, os lucros deverão ser repartidos com as comunidades indígenas afetadas. Este é o único ponto acordado do último capítulo da Ordem Social, que trata da questão indígena. Hoje a tarde, as lideranças voltam a se reunir para discutir pontos fundamentais, como a indenização a fazendeiros ou posseiros que ocupam terras indígenas e poderão ser desapropriados.

Após quase uma semana de negociações, além da exploração mineral, outro ponto ficou acertado — a definição de "índio aculturado" ficará para a legislação ordinária, pois envolve conceitos antropológicos incompatíveis com o texto constitucional. As discussões de hoje a tarde, no entanto, não serão tranquilas — o Conselho de Segurança Nacional não vê com bons olhos a denominação de *direitos territoriais* para as reservas indígenas. Para o deputado Ottomar Pinto (PTB/RR), que defende os interesses dos militares na Constituinte, essa denominação pode resultar numa interpretação jurídica de "extra-territorialidade".

— As reservas indígenas seriam semelhantes aos terrenos de embaixadas, ou de paróquias da Igreja católica — exemplificou Otto-

mar Pinto. Isso significa que a União ficaria impedida de administrar essas áreas, o que acaba conflitando com o Projeto Calha Norte, desenvolvido pelos ministérios militares na fronteira Amazônica. A própria Constituinte já delimitou uma área de 150 Km² — a partir da fronteira para o interior — como área de segurança nacional.

Outro item a ser definido nas discussões de hoje é o pagamento de desapropriações de fazendeiros ou posseiros, que tenham suas benfeitorias edificadas em território indígena, caso comum no território de Roraima, parte do estado do Pará e Amazonas. O deputado Arthur da Távola (PMDB/RJ), coordenador das negociações para a questão indígena, espera uma discussão sem grandes polêmicas. "Até agora, as discussões têm transcorrido tranquilamente. Esperamos amanhã às 14 horas (hoje) o reinício das negociações", adiantou o deputado. Para Arthur da Távola, as discussões ficarão divididas por "formas de ver o mundo".

— O acordo será inevitável, pois se corre- mos o risco de uma votação em plenário, perderemos. A discussão ficará dividida em quem pretende preservar uma civilização contra quem deseja o lucro imediato. Serão aqueles com visão antropológica contra os de visão economicista. No plenário, os economicistas são maioria — definiu Arthur da Távola.